Acervo ISA

LUX JORNAL
FUNDADO EM 1928

A CRÍTICA
MANAUS-AM

15 ABR 1988

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

ÍNDIO CHACINADOS

Procurador ratificou pedido de preventiva

O procurador-geral da República, Wallace Bastos, declarou ontem que ratificou o pedido do delegado Ari Marinho, de prisão preventiva para 10 posseiros e do madeireiro Oscar Castelo Branco. "Entreguei os autos do processo quarta-feira ao juiz federal, João Luís de Souza, dando parecer favorável à decretação da prisão preventiva dos implicados na chacina dos índios ticuna, com fundamento nos termos dos artigos 311 e 312 do CPP", explicou o representante do Ministério Público Federal.

Por sua vez, o juiz federal, João Luís de Souza, informou que "recebi o processo do procurador-geral da República, mas não posso adiantar nada sobre as minhas decisões nas peças dos autos, mas garanto que até a próxima terça-feira já terei tomado uma decisão, porque o caso é muito sério e não se pode brincar com a liberdade de um ser humano", acrescentou.

Foi no início da tarde do último 28, que um grupo de índios ticuna foi emboscado por posseiros residentes na localidade de Capacete, resultando no assassinato de 14 indígenas e 27 feridos. O caso criou um grande impasse emtre brancos e índios, num clima de tensão que foi preciso as Polícias Federal e Militar reforçar o policiamento para evitar mais derramamento de sangue.

O delegado Ari Marinho, da Polícia Federal, que está à frente das investigações, informou que o inquérito foi concluído dentro de 20 dias, encaminhado para a Justiça Federal com o pedido de prisão preventiva para as pessoas indiciadas no processo. As peças dos autos foram distribuídas ao representante do Ministério Público Federal para analisar o pedido da autoridade policial.

Preventiva é *quase* certa — O procurador geral da República, Wallace Bastos, informou que ao receber as peças dos autos, analisou-as com muito rigor, inclusive, o pedido de prisão preventiva requerido pelo delegado Ari Marinho, o que levou a ratificá-lo na íntegra e fazendo outros fundamentos que requer o caso.

"Fundamentei o pedido de prisão preventiva com base nos termos dos Artigos 311 e 312 do CPP, com vista a garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, também da inegável prova da materialidade do delito com suficientes indícios da autoria revendo na pessoa dos indiciados que participaram da chacina aos ticunas. Mas agora a decisão cabe ao juiz decretar ou não a prisão preventiva", ressaltou Wallace Bastos.

Enquanto isso, o advogado Gedeon Rocha, contratado pelos posseiros implicados na chacina e o madeireiro Oscar Castelo Branco, chegou quarta-feira a Manaus, procedente de Tabatinga e ontem à tarde viajou para Brasília, com a finalidade de impetrar junto ao Supremo Tribunal de Recursos, habeas corpus preventivo contra o pedido de prisão preventiva do delegado Ari Marinho, que solicitou a prisão dos posseiros e do madeireiro, implicados na chacina dos índios.

Juiz João Luís e procurador Wallace Bastos

Segundo as declarações de Gedeon Rocha, o delegado Ari Marinho, no seu pedido de prisão preventiva, junto à Justiça Federal, poderá ser acatado pelo juiz federal, mas comentou:

"Se a Justiça decretar a prisão dos posseiros e de Oscar Castelo Branco, tido como o principal implicado na chacina, estará cometendo uma grande injustiça, uma vez que o juiz não conhece a região em conflito entre índios e brancos, além das causas que levaram a origem do fato. Para evitar que seja praticado injustiça contra pessoas inocentes, irei impetrar habeas corpus preventivo em favor de todos os acusados".

Foi em conseqüência do conflito entre índios e brancos de domingo para segunda-feira, no centro da cidade de Tabatinga, aconteceu um novo desentendimento, resultando no assassinato de um menor e ferimento em um índio de 13 anos de idade. Mas para evitar novas brigas e assassinatos, a polícia mantém-se em alerta na região do Capacete.